

Gabinete Histórico

A TRIBUNA

JORNAL DEDICADO AOS INTERESSES MORAIS E MATERIAIS DA PROVÍNCIA

Assignatura mensal 18000

Num. avulso 250 reis.

ANNO III.

CUYABÁ 10 DE JUNHO DE 1887.

N. 84

A TRIBUNA

CUYABÁ 16 DE JUNHO DE 1887.

A. PROVÍNCIA DE MATTO GROS-

SO.

Conclusão do n. 82.

Ainda ultimamente por occasião de ser esta província visitada pelo terrível habitante do Ganges, a cidade de Cuiabá teria sido completamente devastada se esse flagelo não tivesse manifestado desde o começo, carácter benigno.

Nas mesmas condições terão estado muitas localidades de uma e outra margem do Rio Cuiabá, e mesmo esta capital, por que, falecia-lhes os mais indisponíveis elementos aconselhados pela ciência para combater tão terrível mal.

Os recursos de médicos, remedios e viveres alimentícios, mandados pelo Governo Imperial, que nesse ponto se havia com muita solicitude, seriam a pura perda, se à epidemia tivesse lavrado com intensidade, pois devia a grande distância que nos separa da capital do Império, tais recursos chegaram quando a cidade de Cuiabá, achava-se fazitamente livre do mal.

A consequencia imediata do appa-

reimento do cholera morbus, foi ser interrompida a navegação fluvial e por tanto interrompidas as comunicações entre esta província e a corte, por isso que vários pontos do rio da Prata, continuaram por muito tempo abraços com aquella epidemia.

São intuiitivos os prejuizos causados ao serviço público, aos interesses gerais, aos da província, ao comércio e aos particulares, não pelo mal em si, mas sim, pela dependência em que estamos dos povos ribeirinhos, para nos comunicarmos com a capital do império, de modo que qualquer circunstância que afaste aos nossos vizinhos, temos de participar dos seus males efeitos, como no caso vertente.

Entretanto, forja é confessar, que se esta província dispusesse de uma estrada nacional — ferro-via, para se comunicar com a Corte, e mesmo algumas outras províncias, libertando-se assim do estrangeiro, certamente, o suprimento seria prospero, e nunca teria de sofrer as consequências imediatas de males alheios.

Apesar das tremendas lições do passado, continuam os gabinetes de S. Christovão no firme propósito de não promoverem os meios indispensáveis, no sentido de ser dotada esta província com aquele elemento poderoso do

progresso, como base que é de todos os melhoramentos quer na raiz quer na rama.

Uma estrada de ferro, terá a vantagem incalculável, de atrair para esta província a colonização espontânea, que com seus braços, actividade, experiência, trabalho e capitais, em pouco tempo terá mudado completamente a face deste gigante, porém, inanimado, que se chama — Matto-Grosso, em poderoso colosso.

Um tal procedimento em manter esta província atada ao peso da mais triste decadência, não poderá encontrar justificativa nas circunstâncias financeiras do país, porque a final, dada a hipótese de alguma emergência, terá o Estado de realizar, talvez, em condições mais críticas, avultadíssimas despesas, para socorrer esta parte do império, conforme já tem acontecido.

Quando vemos províncias aliás pequenas, do litoral, como Espírito Santo, Alagoas, Parahyba e Rio Grande do Norte, com estradas de ferro, elas que pela posição que ocupam, dispõem de meios de comunicações fluviais com os respectivos interiores e também com alguns mercados da Europa, assalta-nos ao espírito a convicção da má vontade que vota o governo geral a Matto-Grosso.

A província das Alagoas, possui duas estradas de ferro — a central e a

RODHEDE

HISTÓRIA DA FUNDACÃO DA MONARQUIA NO BRASIL

D. João VI no Brasil — A Independência — D. Pedro, os Andradistas e a Constituição — A promessa de D. Pedro — A Confederação do Equador — O 7 de Abril — A República de Piratininga — A Regencia e os Andradistas — A maioridade e o segundo reinado.

(Continuação)

II

A Independência.

brou-se do prudente conselho que lhe havia dado seu pai e colocou-se a frente do movi-

mento nacional, simplesmente para não deixar que outro aventureiro se apoderasse da coroa do novo Império.

Pudemos, pois, dizer com o Sr. Francisco da Veiga que « o despeito, o desejo de glória e a aspiração de tornar-se independente, maximé este motivo, é que levaram D. Pedro a adoptar como sua a causa da nossa independência. »

E tanto é verdade que a independência do Brasil poderia realizar-se sem D. Pedro, e que o interesse pessoal foi o motivo capital de todos os seus actos, que ele mesmo confessou em occasião solene de ter sido o trono do Brasil uma das causas deste bom povo brasileiro. »

Eis como procedeu o digno filho de D. João VI, em relação a nossa independência.

Portuguez de nascimento e de coração, como o próprio país, ambos quizeram simplesmente governar este povo, sem cuidar da moralidade dos meios, nem da justiça do fim a que visavam.

D. João VI lançou mão das missões militares, o mais barbaro tribunal que se tem visto, para castigar a seu contento o hediondo crime de patriotismo, commetido pelos revolucionários da Pernambuco, enquanto que seu filho, não menos ambicioso, não trepidou em tornar-se um infame perjuro, tão só niente para não perder as comodidades de um trono,

de Paulo Afonso.

Esta foi construída pelo Estado e custou não pequena somma, não somente pelas muitas horas d'arte que foram realizadas em consequência das dificuldades naturaes do terreno como também a má direcção que teve no começo.

Alem disto já excede a toda a expectativa, a cifra considerável dispêndida com a desobstrucção do rio S. Francisco, no trecho encachaeirado, e não fica a quem a consumida com os estudos da estrada de ferro do Mamoré no Amazonas.

Para as demais províncias, são sempre favoráveis as finanças do paiz, para Matto-Grosso, que desde muito implora o necessário para poder caminhar, tudo nega-se a protetor das más condições do Tesouro Nacional.

Cerca de quatro mil contos tem despendido o Estado, desde 1870 até hoje, com a companhia de navegação à vapor, entre a Corte e esta província, a título de subvenção.

Addicione-se a essa cifra, a importância, não pequena, como é natural, paga a mesma companhia, pelos passageiros e cargas do governo, teremos uma somma avultadíssima, absolutamente improductiva, a qual, se logo a peça a terminação da guerra com o Paraguai, fosse applicada, aos meios do estabelecimento de uma estrada de ferro, certamente teria melhorado sob qualquer ponto de vista as condições precárias de Matto-Grosso.

Mas assim não tendo acontecido, o que resta?

A convicção de haver o Estado despendido sommas consideráveis, com a referida companhia, alvorando-se assim no seu melhor elemento de prosperidade, deixando a província de Matto-Grosso, completamente ao resamparo.

Foi desse modo, a custa de tantas torpezas e de tantos crimes, que conseguiu vingar, no sólo virgem da America, a planta exótica da monarchia!

A estatua equestre da praça da Constituição não passa de uma vil mentira, esculpida em bronze por um cortezanismo deslavado, para perpetuar a memória vergonhosa de um torpe aventureiro e de um infame perjuro! O bruto sumariamente ridiculo de *Independença ou morte* — que se levantou nos campos do Iryaenga, como um pretesto solemne da colonia pela sua emancipação política, não foi mais do que uma verdadeira farça, com que se procurou iludir a sinceridade e a bôa

E' esta infelizmente a política do governo central em relação a este grave e importante assumpto?

Está ao alcance de qualquer individuo, por mais ignorante que seja, a necessidade e as vantagens de uma estrada de ferro nesta província, mas os supremos poderes da nação disso não cogitão e Matto-Grosso continuará a merecer de bom ou má humor das repúblicas do Rio da Prata.

Vicente Pacheco Pinto de Castro.

A fría e pesada mão da morte pairou sobre a cabeça de um distinto e laborioso cidadão, extremoso pai da família e dedicado amigo.... Já não existe Vicente Pacheco Pinto de Castro!

A's 6 horas, mais ou menos, da manhã de 8 d'corrente, em o seu sítio de serra abaixo, fei O Todo Poderoso servido chama-o a mansão eterna, deixando inconsoláveis sua numerosa família e parentes, que cheios de dor pranteio tão duro golpe.

Nós que o conheciamos bem de perto e há longos annos e que o admiravamos pelos sentimentos de virtude de que era ornado, espargimos sobre sua campa sentidas lagrimas de saudades, invocando o Supremo Criador paz e socorro eterno ao seu espírito na morada celestial e a sua família a resignação e consolo devidos.

RESENHA DA SEMANA

Comandante das armas.

Assumiu interimamente o commando das armas desta província no dia 10 do cor-

ré dos brasileiros, assim de prender os seus destinos ao poste infamante da monarchia e aniquilar pouco a pouco as liberdades publicas.

O 7 de Setembro não significa de modo algum a adhesão espontânea deste povo às instituições monarchicas: elle traduz simplesmente uma necessidade de ordem política e social, que devia necessariamente encarnar-se na consolidação da nacionalidade brasileira.

A constituição social, que já se achava então perfeitamente acentuada, não foi que determinou a constituição política, segundo devia ser, visto a vontade unica de um principe aventureiro.

rente o Ilm. Sar. Coronel Antônio José da Costa.

Official distinto e respeitável, felicitamos por isso a guarnição da província por ter a sua frente tão illustre chefe.

Partida. — No paquete ultimo seguio para a Corte o Sar. capitão Virginio Napoleão Ramos, com sua Exm.^a familia.

Almejamos-lhes feliz viagem.

Comandante da flotilha.

Foi nomeado para comandar a flotilha d'esta província, o capitão de fragata Joaquim Nolasco da Fontoura Pereira da Cunha.

Official archivista.

Foi nomeado official archivista da Secretaria da Presidencia, o amanuense integrante da mesma Manoel Gaudrey.

Matrimónio. — Receberão-se em matrimónio no dia 11 do corrente, ás 5 horas da tarde, na freguezia do Livramento, o nosso amigo Líbanio Henrique dos Santos e a Exm.^a Snr.^a D. Anna de A. Campos.

E tanto a nossa independencia foi o producto de uma transacção vergonhosa que, por uma clausula secreta do tractado de 29 de Agosto de 1825, segundo refere Armitage, «D. Pedro unconstitutionalmente obrigava o governo do Brazil a tomar sobre si a somma de 1:400'000 libras esterlinas, importancia de um empréstimo contrahido por Portugal, na Inglaterra, em 1823, para o fim expresso de hostilizar a independencia, e pagar a Sua Majestade Fidelissima a quantia de 600.000 libras esterlinas como equivalentes de um palacio e outras propriedades particulares, que possuia no Brazil, quando deviam elas consideradas como nacionaes.»

Foião padrinhos : do noivo o Sar. capitão Generoso Paes Lemes de Souza Ponce e da noiva a Exm.^o Sar. D. Anna Maria Moreira Serra, esposa do Sar. Luiz Joaquim Moreira Serra.

Aos noivos desejamos longa existencia e prospero futuro no remanso da paz conjugal.

O discurso feito pela comissão matto-grossense por occasião de entregar em nome de seos comprovincianos o cartão de ouro ao Sar. Ministro do Imperio, foi o seguinte :

Rio, 2 de Maio de 1837.

Ihm. e Exm. Sar.

Os mattogrossenses residentes nesta Corte, profundamente reconhecidos a V. Ex. pelo modo com que o governo imperial acolheu a representação de 26 de Janeiro do corrente anno, tomado as providencias mais urgentes no sentido de absesar e debelar a epidemia do cholera que invadiu o territorio da província de Matto Grosso, resolvem dar um publico testemunho de sua gratidão e desiguarão-nos para servir de seus intérpretes antes V. Ex. afim de vos manifestar os seus sentimentos.

A comissão de que nos encarregara os nossos comprovincianos é muito espinhosos para nós, mas muito mais espinhosa seria si tivessemos de encarregar serviços não reaes e valiosos como foram os prestados pelo sar. ministro do imperio durante a epidemia naquela província.

Os promptos socorros enviados pelo governo concorreram poderosamente para extinguir, si não de todo, ao menos em parte, as consequencias funestas que sobreveem as grandes catastrophes : a fome sacrificaria a pobreza em Corumbá, si V. Ex. não tivesse feito seguir para ali um vapor conduzindo ge-

neros alimentícios de primeira necessidade.

Bastaria este facto, si outras providencias não fossem tomadas; para engrandecer o nome de V. Ex. ante a província de Matto-Grosso que bem dirá aquelle que lhe soube fazer justiça um dia.

Desempenhando-nos da honrosíssima incumbencia que nos encarregaram os mattogrossenses, tem a subida hora de entregar a V. Ex. este pequeno cartão de visita que dada valendo significa, contudo o muito que vos devemos pelo bem que V. Ex. fez a nossa chara provincia,

Despretenciosa e singela a nossa lembrança tem em fim : perpetuar no coração de V. Ex. o reconhecimento sincero dos mattogrossenses da Corte.

Agradecendo pois em nome da província de Matto Grosso os bons e importantíssimos serviços prestados por V. Ex., aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Ex. os nossos protestos de muito respeito, alto apreço e distinpta consideração.— Deus Guarde a V. Ex.

Ihm. e Exm. Sar. Bento de Mamoré Ministro do Imperio.

Drs. L. Grudie Ley, Agostinho José de Sousa Lima, Joaquim Martinho, Luiz Augusto Corrêa da Costa, Caetano Manoel de Faria Albuquerque, Antônio Francisco de Azevedo.

Peste cedreira. — Há mais de anno, diz o Iguapense, que nas comarcas de Iguaçu e Xiririca desenvolveu-se a peste de descadeiramento nos animaes cavallares, que tem matado cerca de 5,000, não tendo ainda sido descoberto o meio de tratamento para a cura.

Fazendo pela média de 50\$ o preço de cada um animal, morto pela predita peste, têm sofrido as duas comarcas o prejuizo de 250.000\$000.

Prefecto Taunay. — É este o projecto adiantado à

presentado pelo Sr. Alfredo de Escragnol Taunay, no Senado.

A ASSEMBLE'A GERAL DECRETA :

Art. 1.^o— Fica estabeleido o casamento civil obrigatorio.

Art. 2.^o— O governo dará regulamento marcando o modo pratico de escripturação de livros, como também providenciará para que se possa ter pleno conhecimento dos registos de nascimentos e casamentos sem dependerem de autoridade eclesiastica.

Malas terrestres.—Diz a *Gazeta da Tarde* o seguinte :

« O director geral dos correios foi autorizado a suspender o serviço extraordinario de condução de malas do correio entre a cidade de Uberaba, na província de Minas Geraes, e a de Cuiabá, na província de Matto Grosso. »

Bon' oportunidade.— Agora que se vão agitando no paiz certas questões, com motivo da enfermidade do imperador, julgamos opportuno transcrever em nossa folha uma parte do discurso profrido na sessão de Agosto de 1884, pelo deputado conservador Antonio Ferreira Vianna, na camara dos deputados.

Por elle verão os nossos leitores quantos conservadores e liberaes irão engrossar as fileiras republicanas. Leão e apreciem: é um conservador que fala.

O' sr. Ferreira Vianna.—Na hypothese figurada, minha proposição cresce de valor, porque nenhum de vós desconhece a omnipotência do chefe do poder executivo.

Esta omnipotência resulta não só do texto constitucional como

principalmente da longa prática de abusos e excessos, que os poderes invadidos e usurpados não puderão reprimir.

Fallo para Brasileiros, que são illustres, que têm experiência, que sabem soffrer, e tem suportado os rigores da adversidade política em um paiz em que se ouvem ainda estas palavras no recinto da camara hoje dissolvida: « A camara está condenada » como se o poder executivo tivesse autoridade para condenar a camara.

O snr. Laurenço de Albuquerque.—O paiz é que hode condena-a, se assim julgar conveniente.

O snr. Ferreira Vianna.—Não só a camara é condenada.

O censo do usurpador basta para conseguir este resultado.

Quem é grande neste paiz sem ter passado por seu reconhecimento? Qual o merecimento, o talento e a alta capacidade, que tem subido degraus por degrau, com inteira independência, para ser colocado na eminencia das funções publicas?

O snr. Dantas (presidente do conselho).—Creio que ali V. Ex. está enganado: não ha ninguem condenado neste paiz.

O snr. Ferreira Vianna.—Não; as sucessões continuas dos ministerios; a intriga facil, que pode ser feita entre os ciúmes e as invejess daquelles que se julgão com habilitações para ser presidentes do conselho; a obra paciente e longa de deminar e estragar os poderes do Estado e principalmente os partidos politicos não está na consciencia de todos que me ouvem? Ha algum satisfeito diante desta omnipotencia que abate e suffoca e a ningum realça, senão depois da humilhação?

Snr. presidente, esta situação não é de partido; esta situação, desgraçadamente, é do paiz. Do fundo das minhas desilusões tenho a grande satisfação de levantar um grito, grito não de guerra, porque estou velho, mas de protesto e de indignação. Ha situação moral do paiz, e devemos della sahir com o concurso do paiz inteiro.

Liberaes e conservadores, re-

publicanos, homens de todas as seitas, reunidos em roda do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir este jugo de uma omnipotencia usurpadora e illegal, que tem estragado todas as forças vivas da nação...

O snr. Dantas. (presidente do conselho)—Peço a palavra:

O snr. Ferreira Vianna.—É preciso que nos unamos todos, se queremos ser cidadãos e fazer a larga conquista da liberdade constitucional, de modo que tenhamos um dia a satisfação de ser cidadãos livres e não livres escravos . . .

O snr. Ferreira Vianna.—Parece-me que fui forte . . .

O snr. Severino Ribeiro.—Revolucionario.

O snr. Ferreira Vianna.—Revolucionario, eu?

(Continua)

CAMPO LIVRE

Ecce iterum Christipinus!

Pelo ultimo paquete seguiu com destino a Miranda em missão especial na qualidade de Delegado da Policia e commandante do destacamento o snr. Alferes do 8.^º batalhão Francisco Pompéo de Barros.

Esa nomeação que traz o enredo da illegalidade para elle se opporem diversos Avisos do Ministério da Guerra dizem ter sido sugerida como meio de impedir qualquer manifestação popular contra o Juiz de Direito Dr. Melciades Augusto de Azevedo Pedra, que depois de ter prestado como membro interino do Tribunal da Relação os mais relevantes serviços à causa conservadora, sacrificando os mais sagrados direitos dos seus adversários, foi felicitar aquella infeliz comarca, onde ultimamente tem posto em prática a mais ferrenha perseguição quer contra gregos, como treynos.

E o caso de repetir-se a bem conhecida phrase de José de Alencar—*Ecce iterum Christipinus!*

O ilustrado Snr. Encrusilhada, como entusiasta que é do gabinete das pompeianas, não

faz mais do que reproduzir a ex-picurista scena da Encrusilhada, e que lhe valeu um honroso processo na Relação de Porto Alegre!

Se de facto a nomeação do Snr. Pompeu leva no hoje aquelle desideratum, o que não duvidemos, em vista dos preidentes do intitulado partido da ordem, ella não podia ser mais desacertada, por quanto, aquelle Snr. pôde ser um excellente militar, mas não tem a energia e nem o cynico desembarço do emissario do Diamantino o Snr. capitão Jesuíno Docleciiano de Souza Bruno, para comprimir o direito e a liberdade dos seus concidadãos, filhos do mesmo terrão onde vio a luz do dia.

A nomeação do Snr. Bruno seria digamol-o com toda franqueza, a mais conveniente e digna dos aplausos e encomios dos tigres da situação.

O Snr. Ramos Ferreira, actual Vice-presidente em exercicio, commeteu um erro gravissimo escolhendo um moço pacato e até inesperado para desempenhar aquella espiobosa tarefa; não devia ligar a menor importancia aos liberaes, essa escoria da N.ção, na phrase delicada e pitoresca do Snr. Rúmire; essa gente é endiabrada e não se torce.

Quando pugnão por um direito sacrificando tudo e dizem, com toda razão, que a liberdade é como a polvora quanto mais comprimida maior effeito produz.

Se ainda é tempo de emendar a mão lembramo a nomeação do Snr. Bruno como a mais adaptada aos fins, é um digno emulo do Snr. Melchides Pedra!

Tome o Snr. Ramos Ferreira as medidas que quizer—os liberaes não se sujeitao aos caprichos e desmandos do cunhado de Lopes.

E o Snr. Pedra que deve contentar se para não ter a mesma sorte que outrora teve na Encrusilhada.

Goyabá, 15 de Junho de 1887.
Engliastro.